

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Sabrina Abbas

**Aborto no século XX e as possíveis mudanças de subjetividades
na cidade de São Paulo**

São Paulo
2019

Sabrina Abbas

**Aborto no século XX e as possíveis mudanças de subjetividades
na cidade de São Paulo**

Projeto de Mestrado apresentado à Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo como requisito
parcial para a obtenção do grau de Especialista em
História, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Izilda Santos de Matos

São Paulo

2019

Resumo

Tendo em vista que o discurso médico fortemente presente no início do século XX na cidade de São Paulo considerava que as mulheres deveriam ser protegidas dos perigos públicos, confinadas no espaço privado em função da predestinação biológica da maternidade, a pesquisa se propõe a estudar o aborto, isto é, uma prática costumeira e conhecida por diferentes povos, desde a antiguidade, a fim de reconstruir a História das Mulheres e suas relações com o próprio corpo, que perpassam pela culpabilização do aborto. Busca-se realizar então uma pesquisa qualitativa e quantitativa, recuperando a visão expressa em 30 exemplares da revista *Capricho*, publicados entre 1988 a 2010, analisando de forma crítica a memória instituída pelos periódicos femininos, fazendo emergir outras experiências, vozes e interpretações que deem visibilidade a outras histórias e memórias; entrevistar cinco jovens da geração nascida entre os anos de 1980 e 1985 e outras cinco jovens da geração nascida entre 1990 e 1995, para se perceber permanências e mudanças de subjetividades e valores de origem moral e ética no que diz respeito ao aborto; analisar as duas Pesquisas Nacionais de Aborto (PNA 2010 e 2016), os discursos jurídicos que criminalizavam as práticas costumeiras de mulheres para eliminação dos frutos de uma gravidez indesejada e os debates parlamentares que circulavam e circulam na mídia sobre o tema aborto. O referencial teórico inclui autores como: Michelle Perrot (1998, 2001 e 2007), Simone de Beauvoir (2009), Maria Izilda Santos de Matos (1998, 2001, 2003), Joana Maria Pedro (2003, 2012), Carla Bassanezi Pinsky (2012), Tania Regina de Luca (2012), Angus McLaren (1993), Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), Verena Alberti (2004), Alessandro Portelli (1997), Sandra Lúcia Lopes Lima (2007), Isabel Cristina Hentz (2013), Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2010 e 2017) e Ana Claudia Gruszynski (2006). Verifica-se ainda a necessidade de o Estado garantir o acesso à informação, à contracepção e ao planejamento familiar, já que não se trata de uma estratégia genocida de eliminar os produtos de uma gravidez, e sim uma decisão da mulher perante as consequências de uma gravidez indesejada em sua vida.

Palavras-chave: aborto, mulher, feminismo.

SUMÁRIO

Introdução.....	05
Justificativa.....	05
Objetivos.....	07
Diálogo com a historiografia.....	07
Metodologia e fontes.....	16
Plano de trabalho e Cronograma.....	20
Bibliografia.....	23

Introdução

O aborto é uma prática costumeira e conhecida por diferentes povos, presente desde a antiguidade na sociedade. O primeiro registro de práticas abortivas que se tem na História do Brasil é a carta do padre José de Anchieta em 1560, em que reprovava práticas culturais de eliminação da gravidez indesejada entre os nativos do Brasil.¹ A cultura ocidental burguesa cristã, com a concepção de papéis de gênero, instituiu a punibilidade dessas práticas, responsabilizando e incriminando mulheres. A mulher ficava reduzida ao espaço privado, do lar, da maternidade e da família, enquanto que aos homens cabia o espaço público, o conhecimento racional, sendo considerados como seres universais.²

Justificativa

O início do século XX marcou um novo momento na história da cidade de São Paulo. O processo de normatização da cidade e da família pressupõe um discurso médico legitimador do domínio do homem sobre a mulher.³ Em função desse domínio, às mulheres restou a noção de “outro”, sendo a elas atribuídas características essencialmente negativas. E práticas costumeiras de aborto, como o uso de chás e extratos vegetais tomados para fazerem “vir as regras”, foram então percebidas como ameaças às aspirações de progresso e modernidade da sociedade.⁴

O aborto é tema de bandeira histórica no movimento feminista, e atualmente o Código Penal brasileiro o criminaliza, violando a autonomia das mulheres sobre seu corpo, ou seja, violando seus direitos fundamentais. O Estado deve garantir o acesso à informação, à contracepção e ao planejamento familiar, bem como ter em vista que não se trata de uma estratégia genocida de eliminar o produto de uma gravidez, trata-se de uma decisão da mulher perante as consequências de uma gravidez indesejada em sua vida.

A história das mulheres despertou o interesse de Michelle Perrot nos anos 1970, época em que o estruturalismo insistia no papel da mulher na reprodução. A mulher tem contribuições muito maiores na história do que apenas as reprodutivas. Reduzir as mulheres à reprodução viola seus direitos enquanto seres humanos; elas são autoras de suas próprias vidas, leem o mundo e constroem conhecimentos. É necessário assegurar os direitos das mulheres em relação ao seu próprio corpo. Dessa forma, o pano de fundo do trabalho de

¹ PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p.22.

² Ibidem, p.27.

³ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções:** corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru - SP: EDUSC, 2005, p.59.

⁴ PEDRO, op. cit., p.111-112.

conclusão de curso aqui apresentado será centrado no aborto, um tema bastante atual e que se faz presente no cotidiano das mulheres.

A mulher, como afirma a historiadora Maria Izilda Santos de Matos, vista como o centro da vida privada, o coração do lar, era a grande responsável pela saúde da família, a agente familiar da higiene social, que garantiria que as normas médicas de higiene e hábitos alimentares fossem transmitidas com êxito para o marido e filhos.⁵ As mulheres eram valorizadas dentro do lar, o que ampliava os poderes femininos no privado, tornando-as centrais na unidade familiar, e, por consequência, privilegiava os homens no espaço público, o espaço do poder efetivo.

No entanto, as conquistas das mulheres no decorrer da história alimentam no imaginário uma inversão de papéis de poder pela “mulher emancipada” que luta por igualdade em direitos civis e políticos, acesso às profissões intelectuais e que não se contenta com o confinamento da maternidade, criando uma onda “antifeminista” por se perceber o poder feminino como ameaça e um risco de degenerescência da raça e decadência dos costumes.⁶

Mulheres, ao se verem grávidas, desamparadas pelo Estado, recorrem cada vez mais à clandestinidade. Os dados do Ministério da Saúde em 2016 indicam que a criminalização do aborto não impede que cerca de 1 milhão de abortos induzidos ocorram todos os anos no Brasil. A sua criminalização leva, em média, 250 mil mulheres brasileiras à hospitalização por ano, cerca de 15 mil complicações e 5 mil internações de gravidade. Os dados de 2016 apontam que uma mulher morre a cada dois dias por conta de abortos inseguros, independentemente de sua classe social. O que depende da classe social é a gravidade e a morte. “Quem mais morre por aborto no Brasil são mulheres negras, jovens, solteiras e com até o Ensino Fundamental”, afirma Maria de Fátima Marinho de Souza, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde.⁷

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru – SP: EDUSC, 2005.

⁶ PERROT, Michelle. As Mulheres, o Poder, a História. In: Idem. **Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p.183.

⁷ COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde**. 03 ago. 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html>.

Objetivos

A pesquisa busca:

- Empreender uma análise mais direta sobre o problema do aborto e sua culpabilização que perpassam as gerações, examinando a concepção de “outro”, de “segundo sexo”, à luz de sua própria existência, indo além da documentação pública, que privilegiava a política e a economia como interesses centrais.
- Reconstituir a história das mulheres na perspectiva do aborto em São Paulo e destacar a importância de mobilizar o debate acerca do tema.
- Recuperar a visão expressa nos periódicos femininos, especificamente na revista *Capricho*, de 1988 a 2010, para evidenciar como compunham a imagem da mulher e sua relação com o próprio corpo quando o assunto é aborto, analisando de forma crítica a memória instituída, fazendo emergir outras experiências, vozes e interpretações que deem visibilidade a outras histórias e memórias.
- Entrevistar indivíduos nascidos entre os anos de 1980/1985 e entre 1990/1995, no intuito de perceber as permanências e mudanças de subjetividades e valores de origem moral e ética no que diz respeito ao aborto.
- Analisar as duas Pesquisas Nacionais de Aborto (PNA 2010 e 2016), os discursos jurídicos que criminalizavam as práticas costumeiras de mulheres para eliminação dos frutos de uma gravidez indesejada e os debates parlamentares que circulavam e circulam na mídia sobre o tema aborto.

Diálogo com a historiografia

A produção historiográfica e os estudos feministas possibilitam pensar as representações que se tem sobre a mulher, lendo a sociedade e a cultura sob a perspectiva do gênero, enxergando as experiências femininas no passado e no presente.

A perspectiva feminista possibilita abordagens históricas que desconstruem a representação da mulher como objeto, passando a identificá-la e representá-la como protagonista de sua própria história. A importância de se contar a história das mulheres reside em tirá-las do silêncio em que estavam confinadas. Esse silêncio, segundo Michelle Perrot, deve-se, em primeiro lugar, ao fato de as mulheres serem menos vistas em espaços públicos – “sua aparição em grupo causa medo [...] sua fala em público é indecente”. Em segundo lugar, as mulheres deixavam poucos vestígios de suas produções domésticas, afinal, sua vida pouco

contava, viviam “uma desvalorização das mulheres por si mesmas”⁸. Em terceiro lugar, as mulheres eram frequentemente “imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”⁹. O nascimento de uma história das mulheres se deu nos anos 1960 e 1970, quando fatores científicos, sociológicos e políticos concorreram para a emergência do objeto “mulher” nas Ciências Humanas em geral e na História em particular para um outro relato de uma outra história.

Os campos feministas se constroem por muitas interlocuções, que envolvem a enunciação de novos códigos culturais e políticos que disputam as representações dominantes. Essas interlocuções são ideias, pressupostos, temas e interpretações dos discursos feministas que constituem significados político-comunicativos, organizam estratégias e identidades e, por vezes, entram em conflito com outros campos. Como coloca Beauvoir,

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro.¹⁰

A imagem da mulher como inferior ao homem reforça supostas diferenças de gênero e desvaloriza as igualdades, estereotipando e padronizando para maior eficácia no seu controle. A obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo”, auxiliará o entendimento de aspectos biológicos. Nesse sentido, busca-se compreender os impactos do pensamento de Beauvoir na atual conjuntura e na atual concepção de mulher.

Ao evidenciar a história das mulheres, Michelle Perrot fala sobre o poder, como as mulheres eram silenciadas e invisíveis e como se mantêm enquanto objetos de poder masculino nas relações matrimoniais. O poder tem uma conotação pública e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina na sociedade patriarcal. As mulheres não têm poder, têm “poderes, fragmentos múltiplos, equivalentes a ‘influências’ difusas e periféricas, onde as mulheres têm grande parcela”¹¹.

Nos anos finais do século XIX, o corpo feminino e suas representações eram discutidos com base em discursos médicos, que comparavam o corpo feminino com o corpo

⁸ PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: Idem. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, p.16-17.

⁹ Ibidem, p.16-17.

¹⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

¹¹ PERROT, op. cit., p.13-39.

masculino, chamando-os de “sexo oposto”¹². Os médicos eram colocados para a sociedade como mentores, sua fala era legitimada como um saber nobre, de teoria e prática, capaz de controlar a vida das pessoas, prescrever os comportamentos e procedimentos do “organismo caótico” chamado sociedade. A figura do médico passou a ser essencial na família, o discurso autorizado orientava e ordenava a vida, “os costumes e hábitos cotidianos, os prazeres ‘permitidos’ e ‘proibidos’ deveriam seguir o parâmetro médico”¹³.

A maternidade, que até aquele momento era uma experiência empírica, tornava-se um saber científico, símbolo de um “mandado biológico” que engrandecia a mulher, por isso ela deveria se dedicar aos filhos e aos demais membros da família. Os médicos não recomendavam que as mulheres trabalhassem, pois representava “um desperdício físico de energias femininas”¹⁴, que comprometeria a saúde e as funções maternas, além de ser considerado imoral. O trabalho deveria ser assumido pelo único provedor da família, o homem, mas muitas vezes o trabalho feminino era indispensável à sobrevivência do núcleo familiar.

O útero, segundo o saber médico, tornava a mulher um ser incapaz de raciocínios longos, abstrações e atividades intelectuais, por esse motivo elas estariam preparadas somente para procriar e criar os filhos. Suas enfermidades eram tratadas de formas distintas em relação aos homens, pois se relacionavam diversas patologias ao suposto desequilíbrio desse órgão ou a hábitos como alimentação, higiene e vestimenta.

As mulheres que mantinham seu corpo no abrigo do lar, que exerciam sua sexualidade no interior de casamentos legítimos, eram identificadas como honestas e capazes de fornecer filhos legítimos. Aquelas que não se encaixavam nessa descrição e que se envolviam em aborto eram noticiadas e faladas pela mídia como infanticidas e desnaturadas. Essas mulheres faladas amedrontavam as “mulheres de família distinta”.¹⁵

Os textos produzidos até o século XIX, geralmente escritos por homens (sermões de igreja, artigos de jornais e revistas, pareceres jurídicos, anúncios e notícias), falavam de como o corpo da mulher deveria ser, ou como achavam que era, justificando sua importância para a reprodução humana, o que garantiria a descendência masculina. Ademais, denunciavam mulheres que não se comportassem conforme as exigências feitas ao seu sexo.

¹² PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.158.

¹³ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru - SP: EDUSC, 2005, p.47.

¹⁴ Ibidem, p.50-51.

¹⁵ PEDRO, op. cit., p.158-159.

O discurso médico desqualificava as mulheres que não desejavam a maternidade. A discussão sobre a maternidade consciente, que é a possibilidade de escolha do momento propício para a maternidade, relacionava-se à utilização de métodos contraceptivos, como o coito interrompido, ducha de água e vinagre, esponja umedecida com desinfetante colocada no fundo da vagina, camisinhas de tripa e de borracha, além de tabela de controle. Mas muitas vezes esses métodos eram falhos, pois, “além de aumentarem os ‘impulsos lascivos’ e os ‘excessos sexuais’, tais métodos poderiam provocar lesões ginecológicas, transtornos mentais, perda de memória, enfermidades do coração e a própria esterilidade”. Esses discursos estavam ligados a núcleos minoritários de pessoas vinculadas ao movimento de eugenismo social e, de forma mais generalizada, ao meio anarquista.¹⁶

Essas discussões sobre contracepção emergiram em meados dos anos 1960, momento em que práticas abortivas também se somavam aos métodos contraceptivos adotados por mulheres casadas que já tinham filhos e queriam evitar mais nascimentos, embora o aborto seja uma prática costumeira realizada há muito tempo.

A maternidade não é um destino obrigatório para as mulheres, e as tentativas de controle do corpo e da reprodução das mulheres foram responsáveis pela configuração das mais diversas representações do corpo feminino. Como bem coloca Joana Maria Pedro,

Nos dias atuais, o corpo feminino e a capacidade procriativa que ele representa mantêm grande importância; o útero das mulheres tornou-se, entretanto, um órgão passível de controle e de descarte.¹⁷

A imprensa assumiu um lugar interessante na sociedade no século XX. São Paulo, que passava por efervescente transformação, com o crescimento da cidade, e uma significativa melhoria no nível de instrução das pessoas, registrava um maior número de leitores de jornais e revistas. Novas publicações para esse novo público de leitores foram surgindo, em especial para o público feminino¹⁸, com opções segmentadas “por idade, grau de escolaridade, renda, perfil profissional e interesses específicos”¹⁹.

¹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru - SP: EDUSC, 2005, p.52-53.

¹⁷ PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.174.

¹⁸ LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, nº. 35, dez. 2007, p.224.

¹⁹ LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p.447.

Com a linguagem de alguém próximo que aconselha, ampara e aplaca angústias, resolve dúvidas e faz sugestões, as revistas são repletas de imagens atraentes e conteúdos diversificados, encontradas facilmente em bancas, livrarias e revistarias. Oferecem momentos de lazer e entretenimento e atuam, como afirma Tania Regina de Luca,

[...] como um importante elo no processo de transmissão de informação, mas também de convencimento e mesmo imposição, apoiados em enunciados prescritivos e normativos, que ordenam o que fazer e como fazer.²⁰

Assim, as revistas conseguiam conversar com muitas pessoas de diferentes classes sociais, que acabavam levando essas publicações como companheiras durante parte significativa da vida.²¹ Utilizadas cada vez mais, seja como material didático em sala de aula por professores de várias disciplinas, seja como documento de pesquisa por acadêmicos, seu uso visa compreender a vida contemporânea.²² Porém, a imprensa não deve ser vista como neutra e objetiva, pelo contrário, assim como qualquer documento histórico, contém informações subjetivas e intencionalidades de quem a produziu. O seu discurso possui um caráter ideológico que converge com os interesses imediatos de seus proprietários e anunciantes.²³

A imprensa possui historicidade e deve ser considerada como uma “força ativa da história do capitalismo na vida moderna”²⁴, pois passou por muitos processos desafiadores que foram decisivos para sua reinvenção no mercado enquanto produto a ser consumido. A constituição e consolidação da imprensa contribuíram para definir os modos de vida, as perspectivas e a consciência histórica de seus leitores, produzindo, assim, uma cultura hegemônica burguesa por deixar explícitas as expectativas do papel das mulheres na sociedade.²⁵ Sua utilização requer problematização e articulação com o campo de lutas sociais no qual se constitui e atua, como afirma Cruz e Peixoto:

De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala

²⁰ LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p.448.

²¹ GRUSZYNSKI, Ana Claudia. O projeto gráfico de revistas: uma análise dos dez anos da revista Capricho. **Conexão** - Comunicação e Cultura. Caxias do Sul, v. 5, nº. 10, jul./dez. 2006, p.34.

²² CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, nº. 35, dez. 2007, p.255.

²³ *Ibidem*, p.256.

²⁴ *Ibidem*, p.257.

²⁵ LUCA, op. cit., p.450.

de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.²⁶

A revista *Capricho* não foi produzida como um documento de pesquisa, e sua prática social será analisada como um campo da história social, ou seja, como uma prática que também contribuiu para constituir a realidade social, que foi capaz de forjar atitudes e pensamentos que reforçam estereótipos de papéis sociais. Sua constituição é “produto da experimentação e da criação social e histórica”²⁷.

A primeira publicação periódica feminina da Editora Abril foi a revista *Capricho*, que surgiu em 1952 com conteúdo composto de fotonovelas para adolescentes e donas de casa. A revista passou por uma reconfiguração e, a partir de 1985, passou a se destinar a jovens de 15 a 20 anos.²⁸ Essa reconfiguração foi fruto de negociações de ordem social e cultural sobre o fazer imprensa a cada momento histórico.²⁹

O projeto da revista *Capricho*, desde sua estrutura, escolha de temas e apresentação até suas imagens, revela uma linha editorial própria e característica. Além da maneira como “configuram a mulher e o amor, a conquista de parceiros persiste como tônica dominante, cabendo às leitoras compreender o que os homens desejam e corresponder a essas expectativas”³⁰. Seus elementos funcionam para que sejam articulados, divulgados e disseminados projetos, ideias, valores, comportamentos que devem ser seguidos para garantir sucesso com os homens, assim se constrói a hegemonia burguesa, produzindo referências homogêneas e cristalizadas para a memória social.³¹

Abordando temas como moda, beleza e comportamento, a revista era líder de mercado, a mais vendida em seu segmento. Com slogan provocativo, “Seja diferente. Seja você”, a missão da *Capricho* era “informar e formar garotas de atitude”, propondo um estilo de vida às suas leitoras, passando a mensagem de autenticidade³², pela repetição e naturalização do inusitado. Desse modo, configurava um jogo no qual a aparência valeria mais do que a essência para conquistar o “gato” tão sonhado e idealizado.³³

²⁶ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, nº. 35, dez. 2007, p.258.

²⁷ Ibidem, p.259.

²⁸ GRUSZYNSKI, Ana Claudia. O projeto gráfico de revistas: uma análise dos dez anos da revista *Capricho*. **Conexão - Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul, v. 5, nº. 10, jul./dez. 2006, p.34.

²⁹ CRUZ, PEIXOTO, op. cit., p.259.

³⁰ LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p.462.

³¹ CRUZ, PEIXOTO, op. cit., p.259.

³² GRUSZYNSKI, op. cit., p.45.

³³ LUCA, op. cit., p.462.

O campo de ação da imprensa interfere em diferentes camadas da esfera social, política e cultural na sociedade moderna, ensinando, aconselhando, propondo condutas. O modelo de mulher ideal dos periódicos femininos é, na maioria das vezes, como afirma Tania Regina de Luca,

[...] a mulher branca, com capacidade de consumo e heterossexual, a quem atribui como objetivo máximo buscar ou manter seu “príncipe encantado”, para o que deve se preocupar com a manutenção da juventude e de um corpo esbelto, esforçar-se por estar em sintonia com as tendências de moda e beleza, regimes e tratamentos alternativos, para ficar nos tópicos dominantes.³⁴

Assim, é necessário produzir uma reflexão crítica acerca da memória instituída pela imprensa, para que se possa exteriorizar outras experiências, vozes e interpretações que deem visibilidade a outras histórias e memórias.³⁵

A circularidade cultural que orbita sobre o aborto voltaria à tona em torno da década de 1980, sua culpabilização perpassa muitas gerações. Dessa forma, entrevistas irão compor a pesquisa no sentido de entender como essas jovens experimentaram no passado abordagens sobre o tema aborto na escola, na igreja, na família. Assim, será possível, segundo Verena Alberti, questionar as interpretações generalizantes que defendem a criminalização do aborto.³⁶ Essas entrevistas serão realizadas com duas gerações de jovens, a geração que nasceu entre os anos de 1980 e 1985 e a geração que nasceu entre 1990 e 1995, para conseguirmos perceber as permanências e mudanças de subjetividades e valores de origem moral e ética na construção dos sujeitos no que diz respeito ao aborto.

A grande contribuição da história oral nessa pesquisa é a possibilidade de estudar as subjetividades e as representações do passado, tomados como dados objetivos, capazes de incidir sobre a realidade e o nosso entendimento de outras épocas.³⁷ A ideia é que as gerações rememorem suas vivências entre os 15 e 20 anos e suas percepções sobre a própria formação no que diz respeito à sexualidade, educação sexual, juventude, virgindade, pílula anticoncepcional. Questões amplas, mas que influem na ordem social e política quando se fala em aborto, já que os registros de uma quantidade diversificada de narrativas de experiências

³⁴ LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p.463.

³⁵ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, nº. 35, dez. 2007, p.260.

³⁶ ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: Idem. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

³⁷ *Ibidem*.

de vida viabilizam o acesso a visões de mundo e a histórias de vida provenientes de diferentes grupos sociais.³⁸

[...] a história oral permite o registro de uma quantidade diversificada de narrativas de experiências de vida, viabilizando o acesso a visões de mundo e a histórias de vida provenientes de diferentes grupos sociais. Na medida em que se entende esse pluralismo como democracia, pode-se seguramente afirmar que a instituição do campo da história oral foi um passo importante no sentido da democratização do registro e do acesso a narrativas de experiência pessoal.³⁹

A história oral já foi muito recusada pela academia, havia um temor de que a oralidade pudesse varrer a escrita e a racionalidade. Alessandro Portelli defende que as fontes escritas e orais não são excludentes, afirmando que suas funções específicas e suas características suprem explicações em diferentes momentos, já que requerem instrumentos interpretativos distintos e específicos.

A história oral nos conta menos sobre eventos e mais sobre os significados. Possui validade factual, e revela eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos, ou seja, lança “luz sobre arcas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”⁴⁰. As fontes orais expõem a subjetividade do expositor e nos contam o que o povo fez, o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez, descortinando os custos psicológicos e o empenho na relação do relator com sua história. Subjetivamente, faz tanto parte da história quanto os fatos mais visíveis. Os informantes acreditam no fato narrado tanto como naquilo que realmente aconteceu.

Fontes orais são aceitáveis com uma credibilidade diferente, pois sua importância está condicionada ao afastamento do fato, da imaginação, de simbolismos e do desejo de emergir. Uma fonte oral deve ter sua credibilidade checada com criticismo filológico, que são requeridos por todos os tipos de fontes. Nesse sentido, “a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que essa verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis”⁴¹.

Fontes orais não são objetivas, e a não objetividade “própria das fontes orais jaz em características específicas inerentes, as mais importantes sendo que elas são artificiais,

³⁸ ALBERTI, Verena. História oral e terapia: o exemplo alemão. In: Idem. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

³⁹ Ibidem, p.46.

⁴⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, nº. 14, 1997, p.31.

⁴¹ Ibidem, p.32.

variáveis e parciais”⁴². A condição para a existência da fonte oral é a transmissão. Os conteúdos das fontes orais “dependem largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais”⁴³.

Examinar as polêmicas em relação ao aborto e as discussões que ocorrem na bancada parlamentar também será importante para entender a criminalização de práticas costumeiras adotadas por mulheres. As legislações e a disputa de narrativas inerente a elas – de um lado, a esfera mais conservadora e, de outro, a esfera mais progressista – servirão de recurso para se compreender os desafios da descriminalização do aborto no Brasil. Para tanto, serão considerados os debates jurídicos sobre o aborto presentes na dissertação de mestrado de Isabel Cristina Hentz⁴⁴, que olha para as legislações penais que criminalizavam a mulher que cometia aborto no início da República, em comparação com a legislação anterior – o Código Criminal do Império, de 1830 –, verificando o que mudou, por que mudou, como essas mudanças foram percebidas e quais as suas implicações.

Para pensar sobre essas questões, a supracitada autora parte da perspectiva da história social, com o intuito de perceber quais as relações entre a legislação e as mudanças políticas, sociais e culturais pelas quais o Brasil passava na virada do século XIX para o XX – como o fim do trabalho escravo, o fim do período Imperial e o início da República, a profissionalização e o aumento do poder da medicina, as transformações nas concepções de cidadão e cidadania, as mudanças no papel social e na importância da maternidade e da infância, a preocupação com o crescimento e o gerenciamento da população. Além disso, há o cuidado de perceber o aborto e o infanticídio, e as visões sobre esses crimes, especialmente do ponto de vista jurídico, como práticas atravessadas por questões de gênero, de classe e de biopolítica.

Essas fontes ajudarão a identificar os dois paradigmas na visão jurídica sobre os crimes de aborto e infanticídio: o da honra e o da vida. Esses dois paradigmas coexistiram no discurso dos juristas brasileiros durante a vigência do Código de 1890. Percebeu-se, porém, que ao longo desse período o paradigma da honra perdeu força, enquanto o da vida se consolidou, mantendo sua influência na mentalidade de muitos, inclusive no campo jurídico, até os dias atuais.

⁴² PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, nº. 14, 1997, p.35.

⁴³ *Ibidem*, p.35.

⁴⁴ HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida: Debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p.261.

Metodologia e fontes

O foco central da pesquisa será o aborto, tema que tangencia o corpo feminino, a sexualidade, a gravidez e a maternidade, para se entender o discurso da imprensa num paralelo entre o noticiado e a conjuntura do momento histórico da publicação, indagando “a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade”, percebendo como a revista *Capricho* se constituiu como agente social, expressando seus anseios com linguagem própria, como se colocou e atuou no que se refere à correlação de forças naquela conjuntura, quem eram seus aliados e amigos, que grupos ou forças sociais se identificavam como forças de oposição.⁴⁵

A análise estará centrada em 30 revistas *Capricho* que foram publicadas entre 1988 e 2010. O critério usado para a seleção dessas edições foram os exemplares que tratam sobre o tema aborto, considerando as capas das revistas, os sumários e as matérias. Algumas colunas com testes psicológicos sobre o tema aborto também serão examinadas, bem como algumas propagandas que aparecem nesses exemplares, no sentido de perceber as abordagens sobre a mulher e sua relação com o próprio corpo, suas considerações sobre sexualidade, métodos contraceptivos, gravidez, maternidade e aborto.

Os títulos das matérias sobre aborto que estão nas revistas analisadas são: “Aborto: o dia seguinte” (11/01/1988); “Fuja da lei da gravidez” (01/08/1993), “Eu fiz um aborto” (23/06/1996); “Aborto” (02/02/1997); “Capricho Especial – 20 depoimentos” (29/03/1998); “Mãe aos 15 anos” (31/01/1999); “O aborto” e “Eu fiz” (01/08/1999); “Plantão médico”, “Eu, ele e meu bebê” e “A pílula dos dias seguintes” (29/08/1999); “Qual é a sua personalidade sexual?” (26/09/1999); “Qual a idade certa de transar” (10/10/1999); “Você brinca com fogo?” (24/10/1999); “O filho que chegou cedo” e “Eu quero ter mais filhos” (05/12/1999); “Pílula de amanhã” (16/01/2000); “Meu pai não sabe que eu fiz um aborto” (21/05/2000); “Crenças (e perigos) sobre aborto” (28/01/2001); “Um novo bê-á-bá do sexo” (06/05/2001); “Fiz dois abortos em três meses” (29/07/2001); “Pílula do dia seguinte (de graça)” (18/11/2001); “Continuei grávida depois da pílula do dia seguinte” (02/12/2001); “Fiz um aborto. E agora?” (01/06/2003); “Polêmica” (29/06/2003); “4 anos depois” (16/11/2003); “Ter um filho era um jeito de ficarmos juntos” (13/06/2004); “...Fossem os homens que engravidassem?” (06/03/2005); “Eles versus gravidez indesejada” (05/02/2006); “O que você prefere?” (18/02/2007); “E se ela engravidar?” e “Aborto na balança” (05/08/2007); “Bebê a

⁴⁵ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.º. 35, dez. 2007, p.269.

bordo” (23/11/2008); “A polêmica do aborto” (07/11/2010); “Qual a polêmica em torno do aborto?” (21/11/2010).

As 30 revistas serão analisadas individualmente, já que sua periodicidade apresenta variação ao longo dos 22 anos que serão observados, ora mensal, ora quinzenal. Quanto ao acervo da Editora Abril, as revistas estão depositadas em uma sala com estantes móveis. Organizadas pelos títulos, as edições estão em livros de capa dura, dispostos nas estantes de acordo com o ano de publicação. Dentro dos livros encontramos todas as revistas referentes ao ano correspondente, classificadas em ordem crescente dos meses.

O critério de pesquisa se baseará inicialmente em anotações do título, subtítulo, data de publicação e periodicidade. A análise do projeto gráfico acontecerá observando a capa e a disposição das matérias que estão em destaque, como a ênfase de determinados temas e questões, bem como a foto de ilustração; o índice, que funciona também como vitrine da publicação, será verificado em relação à maneira como foi organizado, hierarquizado e aos ângulos de abordagem dos conteúdos. Haverá um olhar para as formas de produção e distribuição, “pensadas como processo social e não meramente técnico”⁴⁶, porque essas formas dizem muito sobre a ideologia de quem as produziu, o público que consome e as redes de comunicação que são constituídas pela revista.

As matérias sobre aborto serão lidas e criticamente estudadas na perspectiva de se entender como o tema foi tratado politicamente pela revista, observando-se o contexto social em que esse conteúdo se inseria. Haverá ainda uma tabulação das matérias para evidenciar as subjetividades que orbitam sobre o assunto e os debates suscitados por essas publicações, além da verificação à luz da produção historiográfica e dos estudos feministas (alguns citados anteriormente), para compor as representações que se tem sobre a mulher e seu papel na sociedade, o silenciamento e a invisibilidade a que estavam sujeitas, mantendo-se objetos de poder masculino nas relações matrimoniais.

As entrevistas serão feitas com cinco mulheres nascidas entre os anos de 1980 e 1985 e outras cinco mulheres nascidas entre os anos de 1990 e 1995. Dessa forma, conseguiremos perceber as mudanças de subjetividades e valores de origem moral e ética no que diz respeito ao aborto, bem como relacionar suas experiências sobre aborto e sexualidade vivenciadas entre os 15 e 20 anos usando a história oral.

Para entrevistar essas mulheres, será lançada uma pergunta introdutória abrangente: “Esse estudo está interessado em entender a sua relação e experiência sobre sexualidade e

⁴⁶ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.º. 35, dez. 2007, p.262.

aborto na juventude, o que você pode contar sobre isso?” A ideia é que as entrevistadas possam se sentir à vontade em montar sua própria narrativa autobiográfica, sem interrupções. Sua análise posterior será baseada em todo o arcabouço teórico proposto por este projeto.

O primeiro requisito para um pesquisador entrevistar uma fonte oral é a aceitação do informante, além da necessidade de respeitar o que o entrevistado deseja contar, deixando possíveis questões que surgirem durante a narrativa para serem respondidas em outro momento. O resultado de uma entrevista é produto do trabalho entre narrador e pesquisador, não sendo possível omitir inteiramente a voz do entrevistador, pois isso seria distorcer a voz do entrevistado. É impossível esgotar a memória de um único informante, por isso pesquisas históricas com fontes orais sempre têm natureza inconclusa.⁴⁷ Conforme afirma Alessandro Portelli,

A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui parece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”. A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que faz a história oral interessante.⁴⁸

A história oral deve ser transcrita, e essa transcrição implica mudanças e interpretações. “As fontes orais dão-nos informações sobre povos iletrados ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida.”⁴⁹ A linguagem é um conjunto de traços que não podem ser contidos dentro de um único segmento, mas também são portadores de significado. O tom, o volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita, que podem ser representados objetivamente na transcrição, mas somente descritos aproximadamente nas palavras de quem transcreve. As pausas e as emoções de quem fala são interpretadas por quem as ouve e as transcreve. Traços de fala revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma como esta o afetou. Retirar esses traços do discurso torna insípido o conteúdo emocional do discurso e dá ao documento escrito objetividade.

⁴⁷ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n°. 14, 1997, p.36.

⁴⁸ Ibidem, p.39.

⁴⁹ Ibidem, p.27.

As fontes de história oral são fontes narrativas. Não necessariamente a duração dos eventos descritos e a duração da narração são proporcionais, uma fonte pode narrar em breves palavras um evento grande ou descrever minuciosamente episódios breves. Isso tende a evidenciar a importância do evento narrado ou pode ser uma estratégia para desviar a atenção de pontos mais delicados da narrativa. Existe, portanto, uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador.

A memória do entrevistado, como afirma Portelli,

[...] não deve ser apenas um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Essas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.⁵⁰

As mudanças na memória do entrevistado tomam o lugar da consciência subjetiva pessoal do narrador e podem afetar o relato de eventos anteriores, a avaliação desses eventos e trazer o que Portelli chama de “colorido” da história.

Haverá também uma breve análise da legislação penal sobre o aborto e o infanticídio vigente do século XIX para o XX, no sentido de comparar as mudanças ocorridas até a atualidade, como no que se refere ao papel social da mulher, à maternidade e à sexualidade. Os paradigmas de honra e de vida na visão jurídica sobre o aborto também serão analisados e relacionados com as duas Pesquisas Nacionais de Aborto que foram feitas em 2010 e em 2016. Os debates parlamentares estarão incluídos nessa fase da pesquisa, pois circulam na mídia, e a hipótese é a de que tenham peso na construção de subjetividades sobre o tema aborto.

Documentos importantes a serem analisados, portanto, serão as duas Pesquisas Nacionais de Aborto (PNA/2010 e PNA/2016), feitas na Universidade de Brasília em parceria com a organização Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e com o Ibope Inteligência, que ajudaram no levantamento de dados. Essas duas pesquisas são comparativas, viraram referência para a Organização Mundial de Saúde e demonstram que, aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres alfabetizadas nas áreas urbanas do Brasil já recorreu a pelo menos um aborto na vida.⁵¹

⁵⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, nº. 14, 1997, p.33.

⁵¹ DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p.959-966, jun./2010. Disponível em:

As pesquisas afirmam que no Brasil o aborto é prática costumeira e se torna um dos maiores problemas de saúde pública, porque grande parte dos procedimentos é feita fora das condições plenas de atenção à saúde. Como afirma o PNA/2016, “O Estado, porém, é negligente a respeito, nem sequer enuncia a questão em seus desenhos de política e não toma medidas claras para o enfrentamento do problema”⁵². Atualmente existe uma disputa de narrativas no Supremo Tribunal Federal acerca da criminalização do aborto.

De acordo com o Código Penal brasileiro, a prática do aborto é permitida nos casos em que a gestação coloca em risco a vida da gestante e em caso de estupro. Em 2012, acrescenta-se a esse rol a gestação de fetos com anencefalia.⁵³ Atualmente tramitam propostas no Senado que criminalizam a prática do aborto em qualquer estágio da gestação.⁵⁴

Entre os autores que subsidiarão a pesquisa destacam-se: Michelle Perrot (1998, 2001 e 2007), Simone de Beauvoir (2009), Maria Izilda Santos de Matos (1998, 2001, 2003), Joana Maria Pedro (2003, 2012), Carla Bassanezi Pinsky (2012), Tania Regina de Luca (2012), Angus McLaren (1993), Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), Verena Alberti (2004), Alessandro Portelli (1997), Sandra Lúcia Lopes Lima (2007), Isabel Cristina Hentz (2013), Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2010 e 2017) e Ana Claudia Gruszynski (2006).

Plano de trabalho e Cronograma

O projeto terá duração de 24 meses, sendo desenvolvido em distintas etapas, e obedecerá ao cronograma apresentado adiante. É relevante salientar que os pesquisadores em geral enfrentam certa dificuldade para encontrar vestígios das mulheres pela história. O uso do pronome masculino “eles” para falar delas, as estatísticas quase sempre assexuadas e a falta do sobrenome da família após o casamento são fatores que contribuem para a destruição da memória feminina. Faltam fontes sobre a existência concreta e histórica das mulheres, sobre o que as mulheres pensavam a respeito delas mesmas, como se viam ou sentiam. Muito se fala das mulheres para dizer o que elas são ou o que deveriam fazer. O discurso as

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29/04/2019.

⁵² DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n.º. 2, p.653-660, fev./2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29/04/2019.

⁵³ SENADO NOTÍCIAS. Projeto criminaliza aborto nos casos de malformação do feto. 30/04/2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/projeto-criminaliza-aborto-nos-casos-de-malformacao-do-feto>>.

⁵⁴ SENADO NOTÍCIAS. Projeto caracteriza aborto como crime em qualquer fase da gravidez. 20/12/2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/20/projeto-caracteriza-aborto-como-crime-em-qualquer-fase-da-gravidez>>.

inferioriza por considerá-las seres inacabados, defeituosos, homens incompletos. A perspectiva historiográfica que se pretende expor nesse trabalho vai ao encontro das provocações de Michelle Perrot, que evidencia uma mulher que tem história porque vive cotidianamente suas experiências.

O início do trabalho consistirá no levantamento documental e bibliográfico em São Paulo, iniciando-se pelos acervos da Editora Abril, sediada na Avenida Otaviano Alves de Lima, 4.400, 2º andar - Freguesia do Ó, São Paulo. Será dada atenção especial às 30 revistas *Capricho* que trazem o tema aborto em matérias, colunas e testes psicológicos, bem como a algumas propagandas de produtos que aparecem nesses exemplares, no sentido de perceber as abordagens que esse periódico traz sobre a mulher e sua relação com o próprio corpo. Essas revistas foram levantadas numa etapa anterior e serão analisadas no desenvolvimento da pesquisa.

Após a primeira fase de coleta documental, já com os documentos recolhidos, segue-se para a etapa de entrevistas, transcrições e organização do material para a análise. Trata-se de um processo que exige preparo, já que o estudo da história oral também requer um grande cuidado com o lugar da consciência subjetiva pessoal das entrevistadas. Nessa fase procurar-se-á ganhar familiaridade com as mulheres selecionadas para a entrevista, para que se possa deixar um canal aberto para novos diálogos, no intuito de cotejar o material empírico recolhido com categorias analíticas derivadas da pesquisa bibliográfica.

Somando-se ao levantamento das fontes, às leituras, análise, entrevistas, transcrições e organização documental, ocorrerá um trabalho abrangente de investigação das Pesquisas Nacionais de Aborto e de trabalhos que trazem como objeto de estudo o Código Penal brasileiro no tocante à questão do aborto no Brasil. Nesse mesmo processo, serão aprofundadas questões teórico-metodológicas, por meio da leitura permanente e contínua da literatura a respeito, procurando relacionar a documentação levantada às categorias de análise em construção.

Na sequência, dar-se-á a sistematização, organização e análise dos dados, sendo considerada ainda a possível necessidade de enriquecimento das fontes e bibliografia, seguido de nova organização dos dados.

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°	13°	14°	15°	16°	17°	18°	19°	20°	21°	22°	23°	24°	
Levantamento das fontes	X	X	X	X	X																				
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X													
Entrevistas						X	X	X	X	X	X	X													
Transcrição							X	X	X	X	X	X	X	X	X										
Análise das revistas									X	X	X	X	X	X	X										
Organização e leitura da bibliografia						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X										
Reflexões teórico-metodológicas									X	X	X	X	X	X	X										
Organização dos dados da pesquisa													X	X	X	X	X								
Primeira análise (parcial)													X	X	X	X	X								
Retorno às fontes e bibliografia																X	X	X	X	X	X				
Organização da pesquisa																	X	X	X	X	X	X			
Análise e reflexão finais																			X	X	X	X	X		
Produto Final																						X	X	X	X

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde. 03 ago. 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html>.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História.** São Paulo, nº. 35, dez. 2007.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p.959-966, jun./2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29/04/2019.

_____; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 22, nº. 2, p.653-660, fev./ 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29/04/2019.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. O projeto gráfico de revistas: uma análise dos dez anos da revista Capricho. **Conexão - Comunicação e Cultura.** Caxias do Sul, v. 5, nº. 10, jul./dez. 2006.

HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida:** Debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História.** São Paulo, nº. 35, dez. 2007.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Âncora de Emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru - SP: EDUSC, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. A Mulher, o Poder, a História. In: Idem. **Os excluídos da história**: Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. Escrever a história das mulheres. In: **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, nº. 14, p.25-39, fev./1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240>> Acesso em: 02/07/2019.

SENADO NOTÍCIAS. Projeto caracteriza aborto como crime em qualquer fase da gravidez. 20/12/2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/20/projeto-caracteriza-aborto-como-crime-em-qualquer-fase-da-gravidez>>.

SENADO NOTÍCIAS. Projeto criminaliza aborto nos casos de malformação do feto. 30/04/2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/projeto-criminaliza-aborto-nos-casos-de-malformacao-do-feto>>.

Fontes

→ Revista *Capricho*

11 jan. 1988 – “Aborto: o dia seguinte”.

1º. ago. 1993 – “Fuja da lei da gravidez”.

23 jun. 1996 – “Eu fiz um aborto”.

- 02 fev. 1997 – “Aborto”.
- 29 mar. 1998 – “Capricho especial – 20 depoimentos”.
- 31 jan. 1999 – “Mãe aos 15 anos”.
- 1º ago. 1999 – “O aborto”.
- 1º ago. 1999 – “Eu fiz”.
- 29 ago. 1999 – “Plantão médico”.
- 29 ago. 1999 – “Eu, ele e meu bebê”.
- 29 ago. 1999 – “A pílula dos dias seguintes”.
- 26 set. 1999 – “Qual é a sua personalidade sexual?”.
- 10 out. 1999 – “Qual a idade certa de transar”.
- 24 out. 1999 – “Você brinca com fogo?”.
- 05 dez. 1999 – “O filho que chegou cedo”.
- 05 dez. 1999 – “Eu quero ter mais filhos”.
- 16 jan. 2000 – “Pílula de amanhã”.
- 21 mai. 2000 – “Meu pai não sabe que eu fiz um aborto”.
- 28 jan. 2001 – “Crenças (e perigos) sobre aborto”.
- 06 mai. 2001 – “Um novo bê-á-bá do sexo”.
- 29 jul. 2001 – “Fiz dois abortos em três meses”.
- 18 nov. 2001 – “Pílula do dia seguinte (de graça)”.
- 02 dez. 2001 – “Continuei grávida depois da pílula do dia seguinte”.
- 1º jun. 2003 – “Fiz um aborto. E agora?”.
- 29 jun. 2003 – “Polêmica”.
- 16 nov. 2003 – “4 anos depois”.
- 13 jun. 2004 – “Ter um filho era um jeito de ficarmos juntos”.
- 06 mar. 2005 – “...Fossem os homens que engravidassem?”.
- 05 fev. 2006 – “Eles versus gravidez indesejada”.
- 18 fev. 2007 – “O que você prefere?”.
- 05 ago. 2007 – “E se ela engravidar?”.
- 05 ago. 2007 – “Aborto na balança”.
- 23 nov. 2008 – “Bebê a bordo”.
- 07 nov. 2010 – “A polêmica do aborto”.
- 21 nov. 2010 – “Qual a polêmica em torno do aborto?”.